
A REPÚBLICA RADICAL: FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NA FRANÇA (1880-1914)

A RADICAL REPUBLIC: FORMATION OF SOCIAL MOVEMENTS AND UNIONISM REVOLUTIONARY IN FRANCE (1880-1914)

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2016.1.22997>

Luiz Felipe Cezar Mundim

Doutorando em História pela UFRGS/Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne

luizmundim@gmail.com

RESUMO: A ideia de radicalismo político em meio às lutas operárias da França do final do século XIX remete ao anarquismo naquele país, normalmente reduzido à tática da “propaganda pelo ato” empreendida pelos anarquistas individualistas, muito embora conformassem práticas isoladas. A radicalidade no movimento operário, entretanto, pode ser observada a partir de diversas nuanças, em um repertório de ação mais complexo, que vinha sendo construído desde pelo menos 1880. A proposta deste artigo é observar determinados traços do processo de formação das mobilizações coletivas na França, e apontar para as especificidades da evolução do movimento operário para determinadas expressões radicais no final do século XIX e início do século XX, em especial o sindicalismo revolucionário e a ideia de greve geral, formas radicais mais relevantes dos movimentos sociais no período.

PALAVRAS-CHAVE: França; Esquerda Radical; Movimentos Sociais.

ABSTRACT: The idea of political radicalism among the workers’ struggles in France from the late nineteenth century refers to anarchism in that country, usually reduced to the so called “propaganda by the deed” undertaken by individualist anarchists, even though they were isolated practices. The radicalism in the labor movement can be observed from various nuances in a more complex repertoire of collective action, which had been built since at least 1880. The purpose of this article is to observe certain features of the process of formation of collective mobilizations in France, and point to the specifics of the labor movement evolution to certain radical expressions in the late nineteenth century and early twentieth century, especially the revolutionary syndicalism and the idea of general strike, most important radical forms of social movements in the period..

KEYWORDS: France; Radical Left; Social Movements.

A estabilização institucional ocorrida na França no período de 1880 a 1930, proporcionada pela vitória dos republicanos, retomou os ideais da revolução de 1789 através da democracia liberal. Garantiu, também, a ordem e a coesão necessárias pela via do nacionalismo, para que assim o país fosse bem-sucedido na guerra, principal problema vivido desde o conflito com a Prússia em 1870. Nesse processo, a chamada III República absorveu e moldou as mobilizações sociais, cada vez mais próximas ao parlamentarismo e à forma institucional pela produção de um estado social. Ao mesmo tempo, formaram-se agrupamentos que procuraram radicalizar a ideia de República, ou combater a democracia liberal que encaminhava sua dominação enquanto forma de governo. Entre esses grupos,

destacaram-se os que se identificavam na esquerda radical, como as diversas tendências libertárias do período. Tendo esses problemas em vista, este artigo se concentra no processo de formação dos repertórios de ação das mobilizações coletivas nesse período, e toma como exemplo uma mobilização específica, a que correspondeu ao sindicalismo revolucionário da *Confédération Générale du Travail* (CGT).¹

Se o sindicalismo revolucionário correspondia a uma mobilização coletiva em meio a uma constelação de movimentos sociais, qual seria o repertório de ação disponível a ele? Em que condições históricas de luta da esquerda francesa essa estratégia de luta se formou? Qual a sua posição em meio aos diferentes movimentos em atuação no período? A sua criação representava um novo elemento ao repertório de ação do movimento operário?

Destaca-se, a partir disso, a exposição de algumas especificidades das vertentes políticas mobilizadas no movimento operário francês, em especial as ligadas às posições mais libertárias. Faz parte desse percurso narrativo a observação do uso do repertório de ação que estava disponível a esses movimentos e que, principalmente, se criou mediante as experiências de mobilizações mais (ou menos) radicais. Acreditamos que, assim, podemos construir melhor o cenário do movimento operário a que o sindicalismo estava contido. A intenção é apreender melhor o processo de constituição da experiência da classe trabalhadora francesa e compreender a base de funcionamento dos movimentos sociais nesse período.

A III República e as novas formas de luta

A formação do repertório de ação disponível ao sindicalismo do começo do século XX se deu em um processo de evolução das mobilizações políticas desde o início da III República, que buscava colocar a própria República à prova. Apesar dos eventos que se sucederam em 1871, e o exílio dos *communards*, as mobilizações coletivas se iniciaram antes de 1880, pois as associações de trabalhadores foram reconstituídas ainda durante a década de 1870. Entretanto, a elaboração das leis democráticas dos anos 1880 abriu um campo de construção de novos repertórios, já que garantiram minimamente a liberdade de imprensa e de

¹ A categoria “movimento social” que guia a narrativa histórica desse processo pode, de antemão, ser descrita como a ferramenta de compreensão de fenômenos sociais específicos, que reúne as características interpretativas mais adequadas ao estudo dessas mobilizações coletivas. Enquanto fenômeno histórico, em traços gerais os movimentos sociais deram os seus primeiros sinais de constituição na década de 1760 na Inglaterra, para então se firmarem como formas da contestação coletiva durante o século XIX. Diferencia-se de uma petição única, uma declaração ou uma concentração de multidão pela realização de um esforço público organizado para levar às autoridades pertinentes as reivindicações coletivas, o que Tilly chama de *campanhas*, e se afirma como fenômeno que suscita novos tipos de mobilização contra as autoridades, associado à emergência de repertórios específicos de ação e à construção de consciências coletivas unificadoras. (TILLY, WOOD, 2010, pp. 17-85)

reunião pública, além de ter eliminado obstáculos à abertura de estabelecimentos de venda de bebidas, como os cafés e bares, lugares habituais de realização dessas reuniões. Tais reuniões eram permitidas apenas em lugares fechados e cobertos, pois ainda não era possível realizar deslocamentos coletivos pelas vias públicas. (PIGENET; TARTAKOWSKI, 2012-b, p. 182)

Com essas limitações, a representação política pelo sufrágio universal se tornou a via de expressão política mais viável. Ganhava força, assim, o individualismo filosófico, enquanto era fortalecida a desconfiança direcionada aos organismos intermediários entre o cidadão e os eleitos. Conforme Pigenet destaca, apesar de preponderante, o individualismo liberal deveria enfrentar uma oposição advinda de outra forte tradição na história de resistências na França, herdada da *sans-culotterie* e retomada com a Comuna. Essa tradição de radicalismo atraiu diversos trabalhadores adeptos à prática associativista parisiense, críticos da III República impregnada de normas, funções e autoridades descendentes do passado, como o senado, a presidência e a polícia. (*Ibid.*, p. 183) A mobilização coletiva foi a principal estratégia política dessa oposição, mas ao mesmo tempo produziu fenômenos como o boulangismo e a política partidária profissional, com seus carreiristas políticos.

Da mesma forma, a República procurava se adequar, absorvendo as formas de mobilização coletiva, tanto com a profissionalização parlamentar, quanto com a legalização dos sindicatos profissionais, o que se deu em 1884, com a chamada *Loi Waldeck-Rousseau*.² Buscou, assim, enquadrar as demandas dos trabalhadores ao emular os exemplos do cooperativismo e mutualismo, já fortemente difundidos entre os trabalhadores.

Distantes da influência revolucionária que viria a crescer a partir de 1906 com a CGT, os sindicatos não romperam com o princípio de individualização proporcionado pela via institucional, e foram admitidos como um mecanismo republicano de reequilíbrio pacífico da assimetria entre os assalariados e seus empregadores, papel que o mutualismo e o cooperativismo já desempenhavam de alguma forma. Além disso, legalmente os sindicatos não poderiam servir, ou ter influência, como ferramenta de ação política ou religiosa. (PIGENET; TARTAKOWSKI, 2012-b. p. 183-184) O próprio Ministro do Interior, Waldeck-Rousseau, tranquilizou os Prefeitos Departamentais em uma circular enviada quatro dias após a divulgação da lei.³

² Loi sur les Syndicats professionnels (du 21 mars 1884): (...) ART. 2. *Les Syndicats ou Associations professionnelles, même de plus de vingt personnes, exerçant la même profession, des métiers similaires ou des professions connexes concourant à l'établissement de produits déterminés, pourront se constituer librement, sans l'autorisation du gouvernement.* (...). In : PELLOUTIER, Fernand. 1921. p. 265.

³ *La loi du 21 mars 1884 [...] n'exige de la part de ces associations qu'une seule condition pour leur établissement régulier, pour leur fondation légale la publicité. Faire connaître leurs statuts, la liste de leurs sociétaires, justifier en un mot de leur qualité de Syndicats professionnels. [...] Le législateur a fait plus encore.*

Com essa perspectiva, embora as federações de sindicato tivessem se regularizado gradualmente, o sindicalismo não alcançava muito sucesso no campo de serviços, papel relegado ao mutualismo, e nem no da defesa das demandas dos trabalhadores. As bolsas de trabalho, criadas em 1887 para sanar as deficiências das federações – e para retomar o que Pelloutier descrevia como combate ao Capital e à República, pela via do fortalecimento econômico e corporativo de cada categoria diante do mercado capitalista⁴ –, não foi capaz de superar de imediato as dificuldades e nem de ultrapassar o discurso radical, não podendo, assim, gerar mobilizações coletivas que fossem além do limite imposto pela nova democracia liberal. Da mesma forma, as mobilizações grevistas na rua eram toleradas até o ponto em que não afetassem a ordem pública, o que significou geralmente duras repressões. (PIGENET; TARTAKOWSKI, 2012-b, p. 184)

Gérard Noiriel, em *Les ouvriers dans la société française*, nota que o equilíbrio instável que caracterizava a sociedade francesa da primeira fase do século XIX se reafirmou com profundidade durante a Grande Depressão que atingiu a França nos anos de 1880-1890. O período foi decisivo para a história operária, pois foi em meio às adaptações econômicas que se encerrou definitivamente o mundo do trabalho baseado na polivalência e na mobilidade, dando lugar ao “proletariado” característico do século XX. Ainda assim, segundo Noiriel, mais do que as mutações sociológicas, que não tiveram tanta importância a não ser no período que se seguiu, a emergência do movimento operário moderno e do sistema de representações coletivas que conseguiu impor é que teriam sido os eventos fundamentais naquele momento. Em toda a história contemporânea da França, foi no espaço de vinte anos entre 1890 e 1910 que a mobilização dos trabalhadores teve a maior intensidade, contribuindo para a profunda desordem das classes dirigentes naquele momento. (NOIRIEL, 2002, p. 83)

O recurso às manifestações, às petições, às barricadas e às greves diz mais respeito, antes de tudo, a um determinado contexto do que às expectativas e objetivos originais do movimento. Os engajamentos, por definição, tinham origem no terreno social popular, e se voltavam contra os poderes e as dominações do momento. Isso ocorria tanto por perspectiva de progresso em uma tradição teleológica da política e da religião, quanto por uma

Pénétré de l'idée que l'association des individus suivant leurs affinités professionnelles est moins une arme de combat qu'un instrument de progrès matériel, moral et intellectuel, il a donné aux Syndicats la personnalité civile pour leur permettre de porter au plus haut degré de puissance leur bienfaisante activité. Circulaire ministérielle relative aux Syndicats professionnels (25 août 1884). BnF.

⁴ *Dans la société actuelle, la Bourse du Travail doit être une société de résistance. (...) Maintenir le plus possible l'équilibre entre le prix de location du travail et le prix d'achat des produits, c'est là le rôle présent des Bourses, et, pour le remplir, il leur faut engager avec le Capital une guerre qui ne finira que par la disparition du système économique et politique actuel.* (PELLOUTIER, 1921)

perspectiva de reação moral às mudanças representadas na industrialização, por sua vez encarnadas na laicidade da III República. (PIGENET; TARTAKOWSKI, 2012-b, p. 184-185)

No mesmo lado de reação à República, mas em sentido diverso, esteve a crise do boulangismo. Após a lei Waldeck-Rousseau, numerosas greves haviam sido deflagradas, sendo a mais retumbante a dos mineiros de Decazeville. Nessa ocasião, o general Boulanger, ministro da Guerra do governo Freycinet, encarregado de enviar a tropa para enfrentar os grevistas, fez o famoso discurso no dia 13 de março de 1886 na Câmara dos Deputados, considerando uma calamidade qualquer conflito entre soldados e trabalhadores. O delicado contexto social proporcionava uma imagem de impotência e divisão no regime parlamentar, o que abriu caminho para a escalada política da unidade radical de caráter social-populista em torno da candidatura de Boulanger e seus partidários, especialmente em Paris no campo eleitoral, mas de grande influência política por diversos departamentos entre os anos de 1888 e 1893. (GARRIGUES, 2012, p. 239)

De caráter nacionalista, o boulangismo se fez cultura de resistência à democracia liberal, mas também de oposição ao socialismo estrangeirista, e se dotou de forte xenofobia em meio à crise de emprego em decorrência da Grande Depressão. O estado republicano não foi insensível às violentas demandas dessa faixa social, que pedia leis favoráveis ao “trabalho nacional”. Assim, as primeiras leis sociais da III República foram subordinadas à nacionalidade, e iniciou a formação de um Estado de bem estar social na França antes mesmo do século XX se iniciar.

O destaque para a crise do boulangismo vem da importância que o fenômeno teve na recomposição e maturação do movimento operário francês no início dos anos 1890. Ela fez com que uma grande parte dos meios artesanais e operários se liberasse do radicalismo tradicional, colocando-os à disposição de novas formações, especialmente as que vieram a compor a estruturação de um movimento socialista e suas correspondentes divisões, e ao crescimento do movimento sindical. Em Bordeaux, por exemplo, o Partido operário dobrou o número de seus aderentes entre 1889 e 1890, e do outro lado, dos socialistas antiboulangistas, a crise conduziu os militantes a revisarem sua estratégia de luta de classes para aceitar a aliança com partidos burgueses. O sucesso de socialistas como Jaurès e Millerand, provenientes desses partidos burgueses, facilitaram a integração do socialismo ao jogo parlamentar, enquanto trabalhadores têxteis e metalúrgicos em Nancy se sindicalizavam em massa. (GARRIGUES, 2012, p. 246)

O boulangismo se caracterizou, também, por uma ambiguidade própria do social-populismo que contribuiu para a formação das convicções da militância da esquerda radical.

Havia a corrente socialista revolucionária, encarnada pelos então deputados Charles-Ange Laisant – mais tarde anarquista – e Ernest Roche, e a corrente nacionalista e plebiscitária, liderada por Paul Déroulède – notório anti-dreyfusard poucos anos depois – e Jules Delahaye. (*Ibid.*, p. 247) Laisant está entre os que recusaram a via parlamentar reformadora após o fim do boulangismo, para anos depois se tornar libertário, militando pela pedagogia racionalista de Ferrer e posteriormente no sindicalismo revolucionário pelo importante jornal anarquista-comunista *La Bataille Syndicaliste*.

Ao mesmo tempo, a segunda industrialização, que se iniciou nos anos 1880 e se prolongou por quase um século, estava associada à transição das pequenas oficinas para a concentração de produções em grandes estabelecimentos. Foi intrínseco a essa fase uma disciplina baseada em regimentos internos que buscavam condicionar os trabalhadores à presença e à exatidão para o bom funcionamento dos equipamentos caros. O advento da politécnica, da ciência do trabalho, que projetava no corpo humano a otimização dos movimentos, tais como os de uma máquina, apontam para a superação da fase clássica de disciplina fabril, por sua vez caracterizada pelas práticas do pagamento por peça e pela vigilância pelo olhar, além do paternalismo na relação entre patrão e empregado. (PERROT, 1988-a. pp. 53-80)

A superação dessas características clássicas da disciplina do trabalho envolveram as vagas grevistas do começo do século XX, apontando para novas estratégias dos trabalhadores. Embora o conflito ocorresse, e estivesse concentrado sobre a questão das horas de trabalho, a vida fixa na forma salarial proporcionou maior lealdade entre trabalhadores e patrões. Isso não significou, evidentemente, o estabelecimento de uma completa harmonia entre patrão e trabalhador. Pelo contrário, Perrot também nos mostra que a visão do trabalhador nesse período era caracterizada por certo desprezo, alimentado por um “Saint-simonismo” operário. As representações do patrão pelo trabalhador apresentavam em determinados casos, inclusive, o desejo de substituir os patrões por operários militantes exemplares (que se assemelhavam à figura do engenheiro politécnico) para se realizar a contento o potencial da industrialização. (PERROT, 1988-b. pp. 81-100)

Agência e consequência desse período de grandes mudanças econômicas e sociais, o campo político produziu o chamado Bloco de esquerda, expressão da política parlamentar radical entre 1899 e 1905. Resultante do impacto do boulangismo, e nascedouro de diversos partidos socialistas que abriram espaço a camadas sociais até então distantes da vida política, o bloco desempenhou importante papel no radicalismo que forçava a República em direção a um estado social. (REBÉRIOUX, 1975, pp. 43-82). Entretanto, mesmo a situação salarial

tendo mudado, fruto das lutas sindicais potencializadas pelo radicalismo das Bolsas de Trabalho e do Bloco de esquerda, a formação social não se alterou substancialmente com esse primeiro momento da segunda industrialização francesa.

A depressão econômica que havia atingido a Europa inteira, tendo o ponto alto entre 1885 e 1886, fez evoluir os repertórios de ação em todo o continente, sem que pudéssemos discernir uma direção única. Na França, diferente dos outros países, como novo índice da nacionalização, a mudança de modalidades de ação coletiva estava ligada a uma grande visibilidade das mobilizações rurais e provinciais. O repertório de ação das mobilizações teve certa continuidade, com mobilizações espontâneas em tempos de crise frumentária, com meetings em praça pública, e cortejos apenas com os antigos *communards*. (PIGENET; TARTAKOWSKI, 2012-b, p. 189). Abriu-se o tempo das organizações, em que se devia mobilizar pela duração.

Nesse período formaram-se também as variações socialistas, que iam do possibilismo, como o Partido Alemanista, ligado a Paul Brousse, ao atomismo, como no caso do *Parti Ouvrier Français* (POF) de Jules Guesde, que combatiam ações radicais como a greve selvagem dos mineiros de 1892. Ainda assim, a corrente internacionalista e reformista prevaleceu entre os socialistas, e a SFIO foi criada em 1905 com a intenção de unir as principais tendências, encabeçadas por Jean Jaurés, Jules Guesde, e pelo *communard* Edouard Vaillant. Apesar disso, seria um tanto apressada a afirmação de que o internacionalismo teria dominado o movimento operário francês, que foi estruturado em bases nacionais, conforme foi possível perceber na crise do boulangismo e, em 1914 novamente, com a *Union Sacrée*, bloco de esquerda que reuniu nada menos que a CGT e a SFIO, até então notórios dissidentes, afirmando a perspectiva patriótica e aliada ao estado na luta contra os alemães.⁵

O caso dos anarquistas e sua contribuição ao movimento operário constitui item a parte deste breve artigo. As mobilizações coletivas ligadas a esse grupo político tiveram impacto no mundo da militância de maneira decisiva, não apenas no âmbito das lutas na França, mas, também na evolução da esquerda e de suas vertentes mais libertárias por todo o mundo, especialmente a partir da prática do sindicalismo de ação direta.

Um mundo disperso pela multiplicação das tendências anarquistas

Expressão do dinamismo da luta dos trabalhadores, e motivado pelo radicalismo que alimentou os anos iniciais da III República, o movimento anarquista francês foi agente central na composição do conjunto das mobilizações coletivas e de seus respectivos valores que

⁵ Ver BRON, 1970, pp. 53-78; e PIGENET; TARTAKOWSKI, 2012, p. 191.

deram unidade à classe trabalhadora no período de 1880 a 1914. Ainda que em menor número frente aos socialistas, foram os anarquistas que, de maneira efetiva e incisiva, organizaram e colocaram em prática novas modalidades de ação direta, pautadas pela combatividade, que se firmariam enquanto repertório da luta operária. Dentre essas modalidades, a imprensa investigativa e de propaganda revolucionária, o uso sistemático da representação artística (as pinturas, o teatro, a música) como ferramenta política, e a generalização da greve como estratégia de luta autônoma aos partidos marcaram o repertório de ação no período.

A série de atentados anarquistas no final do século XIX, protagonizados por militantes individualistas como Ravachol, Auguste Vaillant e Émile Henri, marcou o fim de um período de crescimento do movimento anarquista na França. Seguiu-se, a partir de então, o apogeu do combate ao movimento, empreendido pelo Estado francês com as chamadas “Leis Céleres” e o “Processo dos Trinta”, iniciado em agosto de 1894, em que trinta militantes anarquistas, dentre eles Jean Grave, Sébastien Faure, Félix Fénéon e Émile Pouget foram presos e condenados a penas diversas. Os relatórios de polícia, assim como os relatos dos militantes anarquistas nos anos que se seguiram até as vésperas da primeira Guerra Mundial, denunciam um período de vigilância, perseguição e repressão do Estado que ajudam a compreender não apenas o desmantelamento do movimento, mas, também a grande diversidade de orientações que o caracterizava, muito embora as estratégias, táticas e ações no meio social e político estivessem próximas conforme o repertório de ação que lhes era disponível.

Em meio a essa diversidade, a polarização entre as posições individualista e anarquista-comunista no movimento – constantemente estimulada pela segurança nacional com o uso de inteligência policial e agentes infiltrados – foi promovida à popularização da imagem radical e inconsequente acerca do anarquismo francês. Nos relatos policiais, são várias as associações generalizadas dos anarquistas a bandidos comuns, a não ser em relatórios de síntese, normalmente produzidos por comissários ou investigadores endereçados ao Ministério do Interior, em que os grupos eram tratados com algum grau de profundidade.⁶

O grande número de informação gerado pela vigilância, mobilizada pelos comissariados de polícia após a experiência da Comuna e os atentados do final do século XIX e reunida pela *Brigade de Recherches*, criou a necessidade de sínteses anuais para controle do Ministério do Interior. Em uma dessas notas de síntese, de 1913, o comissário se esforça por

⁶ Num relatório de polícia de julho de 1907, por exemplo, jovens anarquistas e libertários são tratados genericamente como ladrões e golpistas. Que morariam no 6º ou 7º andar (último andar nas construções “haussmanianas”, com habitações normalmente precárias e pequenas), roubariam diariamente o leite e o pão de outros apartamentos, assim como frutas e outras coisas nas feiras; e que não pagariam os aluguéis, prolongando a dívida até o último momento possível, quando deixavam furtivamente os apartamentos. PPO BA 1499 – Menées Anarchistes.

historicizar a evolução dos anarquistas na França. Ao abordar os resultados dos embates de Bakunin e Marx na Internacional, e falar sobre o fim da década de 1870, aponta para o surgimento da divisão do movimento entre individualistas e anarquistas-comunistas por autodenominação dos próprios anarquistas:

Il est à noter qu'à cette époque les anarchistes s'appelaient soit socialistes anti-autoritaires soit collectivistes anarchistes. Ils repoussaient la qualification de communistes parce que, prise de préférence par Karl Marx et les socialistes de l'école allemande, elle impliquait des conceptions étatistes auxquelles ils étaient hostiles. Ce n'est qu'en 1880 que, sur la proposition de Kropotkine, ils abandonnèrent l'épithète de *Collectivistes* pour celle de communistes.

O comissário continua a descrever o histórico do movimento, dando mais destaque à atuação dos que eram “coletivistas” e que viriam a ser os “comunistas”, especialmente pelo uso da propaganda escrita, como Jean Grave e o *Les Temps Nouveaux*, Sébastien Faure e o *Le Libertaire*, e Émile Pouget e o *Le Père Peinard*. Ao descrever os individualistas, adota tom mais grave:

Les anarchistes individualistes sont pour la plupart d'anciens communistes ralliés aux théories des philosophes allemands Max STIRNER et NIETZSCHE, qu'ils n'ont peut-être pas toujours comprises et qu'en tout cas ils ont amputées de tout idéalisme. Pour eux, l'individu à se libérer des préjugés qui font obstacle à son émancipation totale et, pour employer une formule qui leur est chère, “à vivre sa vie dans la société actuelle”. Naturellement une telle doctrine mal comprise ne produit que ce qu'elle doit produire: de jeunes illuminés finissent par se persuader qu'ils sont droit immédiatement à toutes les satisfactions et, pour “vivre leur vie”, commettent, sous prétexte de “reprise individuelle”, des délits et quelquefois des crimes. Les membres de la bande BONNOT étaient des adeptes des théories individualistes. En somme, dans ces milieux on trouvera plutôt le malfaiteur de droit commun que l'individu décidé à commettre un attentat par passion politique.⁷

O embate entre individualistas e anarquistas-comunistas já havia marcado mais de 15 anos do movimento, e remontava ao final do século XIX. Após o hiato desencadeado pelo período dos atentados, as ações anarquistas foram retomadas durante os anos de 1895 a 1900. Depois de praticamente desaparecerem em 1894, o número de periódicos anarquistas volta a aumentar, como mostrou Jean Maitron a partir do número de publicações anuais. De 39 no ano de 1894, passa ao máximo de 421 publicações no período, em 1899. (MAITRON, 2007, p. 140) Líderes do movimento como Sébastien Faure, Dhorr, Janvion, Ferrière, Broussouloux, Prost e Ernest Girault percorriam o país para difundir novamente o pensamento anarquista, e

⁷ AN F713053. Notes sur l'anarchisme. 1913.

da mesma forma o ponto de vista deles sobre o caso Dreyfus, além de uma atenção nova aos sindicatos – ambiente de mobilizações que já vinha sendo ocupado por outros libertários, como Pelloutier, Griffuelhes, Pouget e Paul Delesalle, empenhados em destituir do sindicalismo a orientação socialista guesdista dominante. Apesar dessas incursões, e dos esforços por difundir o neo-malthusianismo e a educação libertária, a ação anarquista renasce nesse período absorvida pelo caso Dreyfus. (BOUHEY, 2008. Pp. 354-355)

Os maiores alvos dos individualistas eram Sébastien Faure, Jean Grave e Pouget. Faure, que viria a se revelar durante o ano de 1898 como um dos principais *dreyfusards* no meio libertário, serviu de vetor para as lutas internas do anarquismo. Os individualistas se declaravam francamente *anti-dreyfusards*, pois eram anti-fauristas e, portanto, empenhavam-se em sabotar e deslegitimar as manifestações e publicações *dreyfusards*.⁸

O caso Dreyfus representou não apenas a demarcação da divisão entre os individualistas e os anarquistas-comunistas, mas, também a dispersão de tendências do movimento que marcou os vinte anos anteriores à Grande Guerra. Temas como o cooperativismo, o neo-malthusianismo, a pedagogia libertária, o anti-militarismo e o sindicalismo não apenas motivavam embates internos que tomavam a energia do movimento, mas, também constituíam-se como a própria identidade dos grupos que se formaram ao longo do período.

Da luta de Daudé Bancel pelo cooperativismo de consumo, em detrimento do de produção e de crédito, passando pela pedagogia libertária de Paul Robin e Sébastien Faure, pelos essencialismos morais em torno do anti-alcoolismo e do neo-malthusianismo, pelas comunidades libertárias no entorno de Paris, ao antimilitarismo como possibilidade de unidade revolucionária no movimento, as ações se confundiam e conformavam o repertório disponível: *meetings* e conferências, que reuniam a propaganda oral e as intervenções musicais e teatrais; a imprensa libertária e a produção literária dos militantes, que reuniam a propaganda pela palavra.

Por outro lado, motivo de grandes divergências no movimento, a prática sindical dos anarquistas criou outras formas de ações – ou associações – no repertório de luta dos trabalhadores. A ação direta, com sabotagens, paralisações, piquetes e, finalmente, a greve generalizada, considerada pelos anarquistas-comunistas a realização revolucionária em si, era considerada a ponta de lança dos anarquistas no movimento operário. Isso pelo menos até 1911, quando os anarquistas-comunistas sentiram a sua influência na CGT diminuir, e criaram

⁸ PPO BA 1497. Rapport du 12 mars 1899.

a *Fédération Révolutionnaire Communiste* (FCR) para reagrupar anarquistas e sindicalistas revolucionários, que um ano mais tarde se tornaria *Fédération Communiste Anarchiste* (FCA), principal agente na luta contra a influência do herveísmo que se acentuava no sindicalismo da CGT desde 1909.

Antigo cegetista, e um dos principais animadores da Greve Geral, Albert Togny expressa bem esse aparente paradoxo dos anarquistas-comunistas que, de dentro da FCA, atacam abertamente o sindicalismo da CGT. Em uma reunião dos sindicalistas da Chapellaria em julho de 1914, Togny praticamente conferenciou sobre sindicalismo e anarquia para as 15 pessoas presentes; afirmou ser contrário a toda forma de autoridade, dizendo que, no final das contas, seria isso o que um sindicato representava; e colocou-se contra a CGT afirmando que, apesar dela preconizar a revolução, não levava uma greve com firmeza até o fim, certo de teria sido isso o que ocorrera em 1910 com a greve dos ferroviários. Diz, ainda, que os anarquistas individualistas teriam tomado o sindicato, e que em seus egoísmos seriam refratários às teorias comunistas.⁹

A posição de Togny, expressada às vésperas da guerra, indicava o crescente distanciamento da CGT em relação à influência anarquista-comunista e revolucionária. Esse fenômeno vinha ocorrendo desde 1909, quando Jouhaux saiu da secretaria, dando lugar a Niel e ao restabelecimento das ligações da CGT com o Secretariado Sindical Internacional (SSI), rompidas desde 1906, estratégia de volta ao internacionalismo na luta contra a guerra, o que favoreceu o reformismo e a reaproximação aos socialistas parlamentares. A fala de Togny foi um último suspiro, reverberação do fôlego que os anarquistas-comunistas haviam tomado quase um ano antes, ao tentarem retomar a influência sindical a partir do Congresso da FCA em Agosto de 1913, quando a própria federação foi dissolvida para ser criada outra (*Fédération Communiste Anarchiste Revolutionnaire – FCAR*) com o objetivo de unificar o movimento em torno da questão do sindicalismo e do internacionalismo da luta.¹⁰

Conscientes de que haviam perdido a influência mais efetiva que já haviam exercido no movimento operário, a da prática do sindicalismo revolucionário, os anarquistas-comunistas procuraram não apenas se desvencilhar dos embates com os individualistas, mas efetivamente se unirem para retomar o contato com a base trabalhadora. Maitron destaca, nesse sentido, que foi só com a criação da FCAR que, às vésperas da guerra, o movimento anarquista conseguiu se organizar. Afinal, o sindicalismo revolucionário havia se tornado

⁹ PPo BA 1502. Rapport de 10 juillet 1914. “Réunion privée organisée par le groupe d’éducation et d’action syndicalistes de la Chapellerie”.

¹⁰ AN F713056. Congrès Anarchiste Communiste. Paris, 15, 16 et 17 Août 1913. *Fédération Communiste Anarchiste Révolutionnaire de Langue Française – Aux Travailleurs des Villes et des Campagnes*.

parte importante do repertório de ação do movimento operário, que não poderia ser simplesmente deixado de lado.

De volta a CGT revolucionária: o Sindicalismo de Ação Direta e a Greve Geral

O sindicalismo, como mobilização em torno das relações de trabalho, foi uma das principais formas de luta que compuseram o repertório de ação dos movimentos sociais durante a III República. A CGT, um dos principais atores nesse campo, surgiu em 1895 para se constituir como alternativa mais radical ao Bloco de esquerda – bloco cuja mobilização que, ainda que houvesse conquistado ganhos no campo jurídico, era considerada insuficiente para a luta pela emancipação do trabalhador. A CGT deveria, ainda, superar o potencial de agrupamento dos sindicalizados das Bolsas de Trabalho e unificar o sindicalismo em um movimento nacional.

Seis anos após a lei Waldeck-Rousseau de 1884, todo o território francês contava cerca de 140 mil trabalhadores sindicalizados. No ano de criação da CGT, já eram 420 mil, mas o número de Bolsas de trabalho existentes era somente 34, e o de Uniões Sindicais um pouco maior, mas, apenas 79, que juntas estavam à disposição dos sindicalizados com os objetivos de prestar serviços e articular a luta dos trabalhadores.¹¹

Entretanto, a ação e o alcance da CGT foram incipientes nos primeiros anos. O crescimento das cotizações foi constante, mas lento. Se por um lado, o número de sindicalizados declarados crescia na França, retrato do gradual crescimento industrial, a CGT mantinha um número reduzido de efetivos, de apenas cerca de 300 mil em 1906, enquanto eram contabilizados 836 mil trabalhadores sindicalizados no mesmo ano.¹²

Foi apenas a partir do Congresso de Amiens, nesse mesmo ano de 1906, que tanto a relevância institucional quanto a orientação e a ação da CGT passaram a se afirmar francamente no campo da radicalidade. Seus dirigentes se viram convencidos da superioridade do projeto sindical pelo vetor de uma estratégia de estrita autonomia dos trabalhadores, inaugurando a forma organizada do sindicalismo de ação direta e revolucionária:

La C.G.T. groupe, en dehors de toute école politique, tous les travailleurs conscients de la lutte à mener pour la disparition du salariat et du patronat. Le Congrès

¹¹ Todos os dados sobre as greves no período foram tirados do *Annuaire statistique* do *Ministère du Travail et de la Prévoyance Sociale*, volumes de 1901 a 1914, que também reúnem dados desde 1884. BnF.

¹² Os números correspondem aos efetivos declarados, não incluem sindicatos mistos (normalmente organizados pela Igreja Católica) e agrícolas, e incluem todo o território colonial.

considère que cette déclaration est une reconnaissance de la lutte de classe qui oppose, sur le terrain économique, les travailleurs en révolte contre toutes les formes d'exploitation et d'oppression, tant matérielles que morales, mises en œuvre par la classe capitaliste contre la classe ouvrière. Le Congrès précise, par les points suivants, cette affirmation théorique : Dans l'œuvre revendicatrice quotidienne, le syndicalisme poursuit la coordination des efforts ouvriers, l'accroissement du mieux-être des travailleurs par la réalisation d'améliorations immédiates, telles que la diminution des heures de travail, l'augmentation des salaires, etc. Mais cette besogne n'est qu'un côté de l'œuvre du syndicalisme ; il prépare l'émancipation intégrale, qui ne peut se réaliser que par l'expropriation capitaliste ; il préconise comme moyen d'action la grève générale et il considère que le syndicat, aujourd'hui groupement de résistance sera, dans l'avenir, le groupement de production et de répartition, base de réorganisation sociale.¹³

O sindicalismo de ação direta liga a necessidade imediata de defesa do trabalhador, independente do estado, à perspectiva de uma greve geral que transformaria o sindicato em célula elementar da nova sociedade livre da exploração, pela supressão simultânea do assalariado e do patronato. Essa perspectiva era a resposta da ala radical do movimento operário ao socialismo parlamentar da SFIO, ambiente político onde a integração ao sistema representativo se traduzia em um vanguardismo com maior presença de intelectuais na direção, composta principalmente por professores, jornalistas e profissionais liberais. Em nota de síntese do movimento anarquista, um comissário de polícia assim relata essa transformação no sindicalismo:

Cette mainmise sur le syndicalisme eut pour résultat d'en changer totalement les tendances. De réformiste qu'il était, il devint révolutionnaire, posant le communisme libertaire comme but final des efforts du prolétariat. Il est en somme l'outil adopté par l'anarchisme communiste pour poursuivre son œuvre de désorganisation sociale.¹⁴

O sindicalismo se apresentava, assim, como o autêntico “partido operário” da ação direta, como também nos indica Pigenet. (2012, pp. 283-293). Críticos à democracia e ao sufrágio universal, suas origens libertárias se firmaram na hostilidade ao Estado. Ancorada em uma cultura operária, sua estratégia dispensava as classes médias.

A ação direta e a greve geral foram modalidades que se enraizaram na dinâmica dos movimentos sociais franceses no pré-Guerra. O secretário da CGT à época do Congresso de Amiens, Victor Griffuelhes, afirmava que com a ação direta o operário criaria a sua própria luta, e seria ele quem a conduziria, sem se reportar a outros, podendo assim se libertar. Na

¹³ Congrès de la Charte d'Amiens (1906). XVe Congrès national corporatif (IXe de la Confédération) et Conférence des bourses du travail... Amiens, Imprimerie du Progrès de la Somme, 1907. BnF.

¹⁴ AN F713053. L'Anarchie. 1913.

prática diária, a ação direta levaria a um grau de potência superior, anunciando a greve geral, que seria a própria revolução social. (*Ibid.*, p. 283) Foi nesses termos que se qualificou o sindicalismo de ação direta, ou revolucionário, termos mais precisos do que “anarco-sindicalismo” – que define apenas a orientação política dos dirigentes cegetistas – para denominar o movimento sindical francês nesse período.

Efetivamente, o contorno da classe trabalhadora na França não correspondia bem ao esquema marxista. O país que, em 1906, tinha 39 milhões de habitantes, dos quais 20,4% são ativos, sendo apenas 12 milhões os assalariados. 7,3 milhões de trabalhadores formam o principal grupo, mas com grande variedade, sendo entre 2,7 e 3 milhões os trabalhadores rurais, dos quais a heterogeneidade e a relação com a propriedade tornam imprecisos os critérios modernos de pertencimento ao grupo assalariado; os outros 3,4 milhões, de operários da indústria, correspondem apenas às grandes usinas, sendo que 30% deles não se enquadravam no campo de assalariados, mesmo que fizessem parte de atividades que caracterizassem o assalariamento. Além disso, os trabalhadores ocasionais, de temporada ou sazonais, entre os quais era necessária a ação de reivindicar, dependiam de sua capacidade de se mobilizarem rapidamente, e por isso eram mais receptivos às práticas e discursos da ação direta do que os outros. Essa diversidade foi o terreno no qual o sindicalismo revolucionário estabeleceu suas raízes. (PIGENET, 2012, pp. 284-286)

A Grande Depressão proporcionou adesão dos trabalhadores à República. As poucas compensações oferecidas eram bem acolhidas, frente à crise. Ainda assim, passado o fenômeno boulangista, a questão da revolução social se apresentou novamente e, com ela, a greve geral. Aos poucos, os militantes revolucionários avançavam com a ideia de uma greve interprofissional, preferível à insurreição armada. A questão se tornou central na formação da Federação das Bolsas de Trabalho e na Federação Nacional dos Sindicatos antes mesmo da criação da CGT. (*Ibid.*, p. 286)

A greve geral abalou as certezas guesdistas sobre a primazia do político e do partido, que estava baseada na ideia marxista da tomada de uma ação decisiva apenas com a certeza da consciência e organização dos trabalhadores, o que desprezava a greve. Essa oposição favoreceu uma larga coalizão de militantes de diversas orientações, decididos a livrarem a Federação Nacional dos Sindicatos da tutela do POF (Guesde). A ação principal nesse sentido se deu em 1892, com a redação de *La Révolution par la greve générale* por Fernand Pelloutier e Aristide Briand.

Um comitê foi nomeado em 1893 a fim de popularizar a ideia da greve geral, com os nomes de Briand, Pelloutier, Henri Girard (que mais tarde seria descoberto como informante

policial), Émile Pouget, Paul Delesalle e Georges Yvetot. O grupo produziu opúsculos com o título de *Greve Geral*, entre 1893 e 1900, a fim de convencer acerca da pertinência estratégica dessa modalidade de ação. Levada a cabo na França principalmente pela CGT entre 1906 e 1914, a greve geral também foi experimentada em outros países, mas sempre dentro da legalidade e sem grande influência entre os militantes franceses. (PIGENET, 2012, p. 287)

No espírito de seus partidários, a ação direta e a greve geral constituíram uma alternativa ao sistema representativo e ao sufrágio universal. A suspeição sobre as tentativas do estado em institucionalizar o sindicato se mostrou como forma de afirmação do domínio do patronato e do produtor, assim como sobre a legislação social concedida, integrativa e reformista. Tais desconfianças se confirmaram com a eleição do socialista Milerand, que se integrou a um “governo burguês”.

Conforme Pigenet indica, a popularização desse tipo de sindicalismo nasceu da própria experiência, que pode ser exemplificada pelas greves de Vierzon, ocorridas numa sequência total de dezessete entre 1886 e 1887, afetando cada vez mais a totalidade das atividades locais. Uma delas, que durou 342 dias, cristalizou as solidariedades em todo o país e deu a reputação de *ville rouge* a Vierzon, pela aglomeração que produziu. (*Ibid.*, p. 283)

Michele Perrot, no mesmo sentido, já havia apresentado a prática da greve como a própria expressão do movimento operário na sua tese de doutoramento defendida em 1971 e lançada como livro em 1974, com o título *Les Ouvriers en Grève*. Para a autora, a partir da extensa pesquisa acerca das greves entre 1871 e 1890, a ideia estruturalista de que o movimento operário seria a forma com que a classe operária exercia sua organização, por meio de um sistema de associações, do partido, da confederação sindical, das cooperativas, não correspondia à realidade dos trabalhadores. Seria necessário se voltar a outros horizontes interpretativos, também baseados nas experiências em si, nos próprios trabalhadores, mais do que na classe ou no movimento enquanto estruturas, ou admitir o movimento em seu sentido concreto, e não abstrato. Para a autora, o movimento para os trabalhadores em regime de exploração capitalista é, por excelência, a greve. (PERROT, 1974)

Desde antes do fim do século XIX que as greves, mais frequentes e massivas, se disciplinavam e ganhavam em eficácia, evolução com a qual concorreram os sindicatos, eles mesmos em expansão. O limiar de 100 mil sindicalizados foi ultrapassado na segunda metade dos anos 1880 e, em 1895, ultrapassou os 400 mil, total que dobrou onze anos mais tarde. O número de um milhão se aproximou nas vésperas da Grande Guerra. Índice de combatividade, o movimento de greves dependia também de flutuações de conjunturas econômicas e

políticas, o que justifica variações bruscas no número de greves levadas a cabo pelos trabalhadores entre 1890 e 1914.

Dentre as greves que marcaram o período, algumas se destacaram pela duração, outras pela amplitude, e muitas pela repressão violenta. As demandas mais comuns eram as relacionadas às questões trabalhistas práticas, principalmente salariais e pela redução do tempo de trabalho para oito horas. Reagia-se, também, contra a tendência de muitos empregadores em reduzir as remunerações a cada dificuldade econômica, sem que fosse aumentado após a resolução das dificuldades. O preço da peça paga aos tecelões de Saint-Etienne, por exemplo, caiu de 6 para 2 francos no final do século XIX. (BRON, 1970, p. 88)

Em 1902, ano em que foi atingido o máximo de dias parados no período (21 em média, para um total de 515 greves), ocorreu a primeira greve geral dos mineiros. Apesar da dificuldade de entrarem em acordo, os sindicatos regionais lançam a greve pedindo a jornada de oito horas, salário mínimo, aposentadoria de 2 francos por dia após 25 anos de serviço. Alguns aumentos são conquistados, e as companhias aceitam estabelecer uma folha de pagamento; o trabalho é retomado, mas 215 trabalhadores são condenados por impedirem a liberdade de trabalho, sendo 115 deles em Pas-de-Calais. (*Ibid.*, p. 90)

Em abril de 1906, às vésperas do Congresso de Amiens, foram deflagradas diversas mobilizações combativas, chegando a gerar um clima de pânico em Paris, onde se temia mesmo uma revolução. Foi deflagrada uma greve dos sub-agentes dos *Postes, Télégraphes et Téléphones*, ou PTT, em Paris, de 11 a 20 de abril, sem resultados positivos e com a remoção de 300 agentes; no dia 10 de março, a catástrofe de Courrières, que havia feito mais de 1100 mortos nas minas de Nord-Pas-de-Calais, deu origem a várias greves, sempre reprimidas por soldados, sendo uma delas com o número de 20 mil soldados para 40 mil grevistas. Os movimentos continuam durante o ano, mas quase sempre sem sucesso, sendo apenas o dos tipógrafos bem sucedido, em que obtém uma jornada de nove horas. (*Ibid.*, p. 91)

A partir de 1906, as greves tendem a se generalizar enquanto repertório de luta. Em 1907, greve dos eletricitistas, com 2 mortos e 30 feridos em Raon-l'Étape; em 1908, a partir das lutas dos trabalhadores da construção civil que se arrastava desde 1906 por redução da jornada de trabalho para dez horas, aumento de salário e reconhecimento dos sindicatos, resulta em uma manifestação com o saldo de 4 mortos e vários feridos em Villeneuve-Saint-Georges, e os dirigentes da CGT, Griffuelhes, Pouget e Yvetot são presos; em 1910, os ferroviários lançam a primeira greve geral da categoria, parando a rede do Norte e depois se propagando pelo país. O movimento conquistou um pequeno aumento salarial. (BRON, Jean. 1970, p. 129-130)

Apesar de desenvolverem a capacidade de serem eficazes, as greves não logravam necessariamente êxito nesse período de sindicalismo revolucionário. Se reconhecermos a factibilidade dos números do Ministério do Trabalho – ainda que existam inúmeras falhas na série, por exemplo, quanto à distinção entre “reivindicação” e “causas” da greve em si, como destaca Michelle Perrot – percebemos uma relação aparentemente paradoxal a partir do dado de aumento no número de greves desde 1890. O que fica perceptível desse período, além do aumento da linha de tendência exponencial das greves, é a sobreposição da linha de fracasso delas, seguida de perto pela das greves negociadas, enquanto a linha que corresponde ao êxito tem curva muito menos acentuada.

O historiador Michel Dreyfus, ao observar as relações entre o Estado e os sindicatos em um dos principais estudos sobre a CGT, *Histoire de la C.G.T.*, atenta ao fato de que o conjunto das experiências que levaram à expansão do sindicalismo na França constituiu-se de maneira diversa. Enquanto os demais países europeus tiveram suas origens sindicais em sua maioria nas demandas operárias, a tradição mutualista na França – que remontava à *mutualité impériale*, política adotada por Napoleão III em 1852 – e o caráter misto das *chambres syndicales*, que reuniam harmonicamente trabalhadores e patrões até 1870, foram as formas ulteriores da organização sindical na França. (DREYFUS, 1995, pp. 15-43)

Tardiamente autorizado pela lei de 1884, o sindicalismo francês não pôde pretender controlar o mutualismo iniciado sem ele, e nunca esteve pronto para oferecer a seus aderentes serviços comparáveis aos que propunham seus homólogos estrangeiros. Paralelamente a essa evolução, somou-se o resultado do insucesso da investida dos anarquistas individualistas com a prática da propaganda pelo fato. Isolados pela repressão e pelo descrédito popular, os anarquistas-comunistas se lançaram à prática sindical, fazendo frente aos guesdistas, já que esses últimos defendiam a solução parlamentar tendo a CGT apenas como ferramenta de conscientização, e não de ação direta.

A partir dessa reflexão, Michel Dreyfus defende a tese, com a qual Pigenet concorda, de que a CGT de 1906, surgida dos embates no seio da esquerda e nas vagas grevistas daquele ano, resultaram sim em um sindicalismo revolucionário, mas que não teve uma identidade unânime de adesão à ação direta e à Greve Geral entre todos os seus membros. Tal identidade emanava de sua direção, e não da base, que era majoritariamente reformista, e que assim o sindicalismo da CGT estava “longe das massas, apesar de seguro de si”. (DREYFUS, 1995, pp. 37-76)

É possível, também, destacar a tendência à negociação, que em certos casos era empreendida pelo sindicato, e em outros apenas pelo comitê de greve, uma vez que várias

empresas se recusavam a reconhecer o sindicato. A tendência desde 1884, de toda forma, à mobilização pela via do sindicato, que era crescentemente a referência institucional de organização das greves, também pôde ser percebida como uma força de ordem, mais pela previsibilidade que suas ações desenvolveram nas relações entre empresas e trabalhadores, do que pela disposição dos sindicatos em negociar ou serem passivos. Isso explicaria o porquê de mesmo a CGT tendo sido zelosa por sua ideologia de ação direta e revolucionária, não ter obtido êxito em frear o desenvolvimento do caráter do sindicalismo enquanto fator de estabilidade desse sistema de relações de trabalho, especialmente após a saída de Jouhaux em 1909. Constituía-se na República a ideia de que a inexistência de um interlocutor capaz de falar pelos assalariados, tal como estava pressuposto na tática da ação direta com a Greve Geral, era algo que não interessava nem ao Estado e nem às empresas.

Quanto a esta questão, o número de anarquistas ligados ou não à CGT insatisfeitos com a conduta dos dirigentes da Confederação era grande. O exemplo do segundo dia de discussões do Congresso de agosto de 1913 da FCA, mencionado no item anterior, foi notório: Ernest Girault, conhecido militante sindicalista e pela luta anti-militarista, colaborador do *Le Libertaire* de Sébastien Faure, da mesma forma que Togny e outros, posicionou-se duramente, declarando que a ideia de greve geral havia sido abandonada, e mesmo combatida pelos dirigentes sindicalistas.¹⁵

Paralelamente, a luta antimilitar uniu a orientação da CGT revolucionária à nova orientação da SFIO ligada a Jean Allemane e Edouard Vaillant, que genericamente reconheciam a possibilidade do uso da Greve Geral como via possível para a revolução em caso de guerra. Ainda assim, Jean Jaurés se manteve inflexível quanto à questão do antiparlamentarismo, posição perpetuada pela CGT. Com a impossibilidade de uma Greve Geral sobre a questão militar, e com a eclosão da Grande Guerra, a posição da CGT se esvaiu, dando espaço a *Union Sacrée* e ao fim definitivo da possibilidade do internacionalismo. Esvaiu-se, também, boa parte da radicalidade do movimento operário francês, radicalidade essa construída não apenas a partir de discursos ideológicos inflamados advindos do anarquismo e do socialismo revolucionário, mas, também sobre as bases de um repertório de ação resultado de anos de combates e ajustes à segunda industrialização francesa e à III República.

Em meio a essas questões, uma parece se impor: teria sido a tendência à negociação institucional, com o intermédio dos sindicatos, um dos fatores qualitativos para a inversão da

¹⁵ AN F713056. Congrès Anarchiste Communiste. Paris, 15, 16 et 17 aout 1913.

tendência de intensividade das greves, ou seja, um dos motivos para a redução da média de dias parados por greve no período de 1890 a 1914? Outros dados qualitativos seriam necessários para desenvolver o problema, tarefa que extrapola este artigo.

Recentemente, a interpretação de Stéphane Gácon para o período no artigo *La République briseuse de grèves et l'amnistie*, apontou para problema homólogo, tomando a escala nacional como referência. O autor sugere que houve absorção das lutas por meio da prática da anistia da República. Diante da violência dos conflitos sociais no final do século XIX, os republicanos radicais desempenharam uma política que combinou repressão, clemência e reformas que conduziram a um uso sistemático da anistia. Respondendo à lógica eleitoral, a anistia era concebida como um meio de educação para manter a força de trabalho longe da tentação socialista e, para isso, apoiava-se em uma longa tradição republicana de clemência, que visava a fortalecer os quadros da “civilização republicana”, definindo limites entre o legal e o ilegal. (GÁCON, 2015, pp : 17-31)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. *As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate*. In: *Dossiê De Volta aos Movimentos Sociais*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, CEDEC, 76, 2009, pp. 49-86.

BRON, Jean. *Histoire du Mouvement Ouvrier Français. Tome II. La Contestation du capitalisme par les travailleurs organisés (1884-1950)*. Paris, Les Éditions Ouvrières. 1970.

DREYFUS, Michel. *Histoire de la C.G.T. Cent ans de syndicalisme en France*. Bruxelles, Éditions Complexe, 1995.

GÁCON, Stéphane. *La République briseuse de grèves et l'amnistie (1905-1914). Une tentative de régulation politique du conflit social en France*. In: *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. 2015/1 (N° 125). Varia. Éditeur : Presses de Sciences Po (P.F.N.S.P.). Pages : 224. 2015. pp : 17-31.

GARRIGUES, Jean. Le boulangisme comme mouvement social, ou les ambiguïtés d'un social-populisme. In : PIGENET, Michel; TARTAKOWSKI, Danielle (Orgs.). *Histoire des mouvements sociaux en France de 1814 à nos jours*. Paris, La Découverte, 2012, pp. 239-248.

PELLOUTIER, Fernand. *Méthode pour la création et le fonctionnement des Bourses du Travail*. In : *Histoire des Bourses du travail : origine, institutions, avenir*. Ouvrage posthume de Fernand Pelloutier; préf. par Georges Sorel ; [Notice biographique sur Fernand Pelloutier] par Victor Dave. 1921.

PERROT, Michelle. *Les ouvriers en grève. France 1871-1890*. 2 volumes. Paris-La Haye, Mouton. Coll Civilisations et Sociétés, 1974.

_____. . As três eras da disciplina industrial na França do século XIX. In: *Os Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988-a. pp. 53-80.

_____. . O olhar do Outro: Os padrões franceses vistos pelos operários (1880-1914). In: *Os Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988-b. pp. 81-100.

_____. . O primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário. In: *Os Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 1988-c. pp. 127-164.

PIGENET, Michel. Action directe et grève générale. In : PIGENET, Michel; TARTAKOWSKI, Danielle (Orgs.). *Histoire des mouvements sociaux en France de 1814 à nos jours*. Paris, La Découverte, 2012. pp. 283-293.

PIGENET, Michel; TARTAKOWSKI, Danielle. Avant-Propos. In : PIGENET, Michel; TARTAKOWSKI, Danielle (Orgs.). *Histoire des mouvements sociaux en France de 1814 à nos jours*. Paris, La Découverte, 2012-a. pp. 7-13.

_____. . Le social à la rencontre du politique ou la nationalisation des mobilisations (années 1880 – années 1930). Introduction. In : PIGENET, Michel; TARTAKOWSKI, Danielle (Orgs.). *Histoire des mouvements sociaux en France de 1814 à nos jours*. Paris, La Découverte, 2012-b. pp. 182-195.

REBÉRIOUX, Madeleine. *La République radical? 1898-1894*. Éditions du Seuil, 1975.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley j. *Los Movimientos Sociales, 1768-2008. Desde sus orígenes a Facebook*. Barcelona, Crítica, 20

ARQUIVOS CONSULTADOS

Archives de la Préfecture de Police de Paris (PPo – série BA)

Bibliothèque Nationale de France

Les Archives Nationales de France (AN – série F/7)

ARTIGO ENVIADO EM: 03/03/2016

ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 09/05/2016